



Tribunal de Contas da União
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Controle Externo da Defesa
Nacional e da Segurança Pública

**INSTRUÇÃO DE PROCESSO DE
CONTAS ANUAIS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE
CONTAS**

TC 027.091/2011-2

**PROPOSTA DA INSTRUÇÃO
MÉRITO**

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS DA UJ

Nome da UJ Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM	Exercício 2010
Natureza jurídica do órgão ou entidade Administração Direta	Código SIAFI da Gestão da UG 00001
Órgão de Vinculação Ministério da Defesa	Código SIAFI da UG 110197

2. PARECERES SOBRE AS CONTAS DA UNIDADE

Certificado de auditoria	Regulares
Dirigente do órgão de controle interno	Regulares
Pronunciamento do ministro de estado supervisor ou de autoridade de nível hierárquico equivalente	Tomou conhecimento do parecer do controle interno

3. ROL DE RESPONSÁVEIS (De acordo com o art. 10 da IN TCU 63/2010)

Nome Rogério Guedes Soares	Natureza de Responsabilidade Dirigente máximo do órgão	
CPF 554.988.250-72	Cargo Diretor-Geral	Período de Gestão 01/01 a 31/12/2010
Designação: 8/5/2009		
Exoneração:		
Endereço residencial: R. Buriti, lote 1, Ap. 102, Águas Claras, Brasília (DF)		
Endereço eletrônico (se houver):		

4. PROCESSOS CONEXOS

CONTAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR TC – 019.210/2010-8		
SITUAÇÃO Julgadas	DELIBERAÇÃO 388/2012-TCU-1ª Câmara	Regulares com quitação plena
OUTROS PROCESSOS AINDA NÃO APRECIADOS		NATUREZA

Não há.	
---------	--

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Unidade gestora movimentou recursos durante o exercício no montante de R\$ 175.578.073,21 (cento e setenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e oito mil, setenta e três reais e vinte e um centavos).

6. ANÁLISE DE DESEMPENHO DA GESTÃO (segundo DN TCU nº 107/2010 e Portaria TCU 277/2010)

6.1 A atuação da unidade baseia-se em planos estratégicos e de ação previamente definidos.	Sim
Análise (se necessária).	
6.2 A unidade cumpriu os objetivos definidos e atingiu as metas físicas e financeiras planejadas?	Em parte
Análise As ações 114H (Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia) e 4322 (Manutenção do Sistema de Vigilância da Amazônia) tiveram baixa execução física e financeira. Segundo o gestor, a primeira em virtude de contingenciamento de recursos e a segunda por se tratar de ação de responsabilidade do Comando da Aeronáutica, na qual não teve ingerência.	
6.3 Os indicadores de desempenho utilizados pela unidade jurisdicionada foram considerados úteis e mensuráveis para o desempenho da gestão, segundo avaliação do controle interno?	Em parte
Análise Embora considerando confiável e satisfatório o indicador usado para avaliar o programa de governo, o controle interno opinou pela necessidade de outros indicadores que demonstrem a capacidade institucional da unidade.	
6.4 Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a consecução dos objetivos e o atingimento das metas físicas e financeiras planejadas.	
Análise Segundo a unidade, a consecução dos objetivos e o atingimento das metas traçadas não foram afetados pela ocorrência de eventos positivos e/ou negativos de destaque.	
6.5 Limitações e dificuldades apontadas pela unidade jurisdicionada e pelo órgão de controle interno que prejudicaram o desempenho da ação administrativa e as providências adotadas.	
Análise As limitações/dificuldades que prejudicaram de alguma forma as ações administrativas da unidade, com as correspondentes providências adotadas para sua superação, foram as seguintes: Quadro de pessoal deficitário devido à evasão de servidores temporários e liberação de parte dos créditos orçamentários no final do exercício. Não foram mencionadas providências.	
6.6 Efeitos de eventual contingenciamento orçamentário na execução das ações planejadas para UJ.	
Análise	

Embora tenha havido contingenciamento orçamentário, a liberação posterior dos créditos bloqueados possibilitou o cumprimento a contento dos objetivos e das metas traçados para a unidade.
6.7 Deficiências apontadas em relação ao funcionamento do sistema de controle interno da UJ.
Análise Não foram apontadas deficiências em relação ao funcionamento do Sistem de Controle Interno da unidade.
6.8 Eventuais deficiências e limitações identificadas na gestão dos recursos humanos e as providências adotadas para superá-las.
Análise As seguintes deficiências/limitações, com as correspondentes providências adotadas para sua superação, foram identificadas na gestão dos recursos humanos da unidade: - de uma lotação total autorizada de 220 servidores temporários, apenas 57 encontravam-se em efetivo exercício em dezembro de 2010, o que corresponde a 26% do autorizado, evidenciando a carência de mão de obra e a necessidade de aprovação de concurso público para o órgão. Por meio da Medida Provisória nº 538/2011, de 1º de julho de 2011, o Censipam foi autorizado a prorrogar os referidos contratos temporários até 31/12/2012, de modo a evitar a completa evasão de servidores das áreas finalísticas (pç.5, p.6).
6.9 Desempenho e alcance dos objetivos e metas previstos na execução dos programas e projetos financiados com recursos externos.
Análise A unidade não executou programas e/ou projetos financiados com recursos externos.
6.10 Principais mudanças em curso na gestão e na forma de atuação do órgão (se for o caso)
Análise A unidade não se manifestou quanto a essa questão.

7. ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA GESTÃO (segundo DN TCU 107 e 110/2010 e Portaria TCU 277/2010)

7.1 Foram apontadas irregularidades nos processos licitatórios, de dispensa e de inexigibilidade realizados pela UJ? Quais as providências que foram adotadas para o seu saneamento?	Sim
Nos pregões objeto dos processos de compra 00012.000594/2010-08, 00012.000509/2010-01, 00012.000636/2010-01 e 00012.002063/2009-16, o controle interno relatou ter havido a ausência de comprovante de publicação do resultado dos certames, bem como da solicitação/justificativa da contratação, nos termos do Decreto 5.250/05 e da Lei nº 10.520/2002. Cabe ressaltar que a UJ adotou providências para atender os normativos, que foram consideradas satisfatórias pelo controle interno (pç. 5, p. 10 e 11).	
7.2 Teor da declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada em relação à correspondência dos demonstrativos contábeis constantes do sistema Siafi com a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade.	Com ressalva
A contadora responsável atestou as seguintes restrições contábeis (pç. 4 , p. 49):	

<p>a) restrição contábil 163 – saldos alongados de contas transitórias – ativo compensado; b) restrição contábil 458 – falta de reclassificação da despesa suprimimento de fundo.</p>																
<p>7.3 Existe declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e no SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.309/2010?</p>	<p>Sim</p>															
<p>Análise (se necessária).</p>																
<p>7.4 Constam informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730/93, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.</p>	<p>Sim</p>															
<p>Análise (se necessária).</p>																
<p>7.5 Houve reconhecimento de passivos, decorrentes da execução da despesa sem a correspondente previsão orçamentária de créditos ou de recursos? Quais as justificativas apresentadas e as medidas adotadas para a gestão desses passivos?</p>	<p>Não</p>															
<p>Análise (se necessária).</p>																
<p>7.6 Situação das transferências concedidas e recebidas mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.</p>																
<p>Análise</p> <p>A unidade apresentou a seguinte situação dos recursos concedidos mediante convênio ou instrumentos congêneres:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">Modalidade</th> <th style="text-align: center;">Quantidade</th> <th style="text-align: center;">Contratados</th> <th style="text-align: center;">Repassados até 2010</th> <th style="text-align: center;">Previstos para 2011</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Convênio</td> <td style="text-align: center;">4</td> <td style="text-align: right;">7.740.000,00</td> <td style="text-align: right;">7.240.000,00</td> <td style="text-align: right;">500.000,00</td> </tr> <tr> <td>Termo de Cooperação</td> <td style="text-align: center;">3</td> <td style="text-align: right;">359.3337.850,00</td> <td style="text-align: right;">168.865.437,00</td> <td style="text-align: right;">41.710.090,00</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os dados acima contemplam os valores repassados em 2010 e os previstos para 2011 (pç. 4, p. 39). Há informação prestada pelo órgão de que não existe ajuste inadimplente (pç. 4, p. 36).</p>		Modalidade	Quantidade	Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	Convênio	4	7.740.000,00	7.240.000,00	500.000,00	Termo de Cooperação	3	359.3337.850,00	168.865.437,00	41.710.090,00
Modalidade	Quantidade	Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011												
Convênio	4	7.740.000,00	7.240.000,00	500.000,00												
Termo de Cooperação	3	359.3337.850,00	168.865.437,00	41.710.090,00												
<p>7.7 Eventuais irregularidades verificadas na gestão dos recursos humanos e as providências adotadas.</p>																
<p>Análise</p> <p>Não foram verificadas irregularidades na gestão dos recursos humanos da unidade.</p>																
<p>7.8 Eventuais irregularidades quanto à conformidade da inscrição, do pagamento e do cancelamento de Restos a Pagar no exercício e as providências adotadas.</p>																
<p>Análise</p> <p>Não foram verificadas irregularidades quanto à conformidade da inscrição, do pagamento e do cancelamento de Restos a Pagar no exercício.</p>																
<p>7.9 Falhas e irregularidades apontadas que ainda não foram sanadas, com a apreciação do controle interno.</p>																

Análise

Não foram apontadas falhas e/ou irregularidades ainda pendentes de saneamento.

7.10 Eventuais falhas/irregularidades verificadas na gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Referências: DN 107/2010, Anexo II, Parte A, item 11; DN 110/2010, Anexo III, Parte A, item 18; e Portaria 277/2010, item 9).

Análise

Não foram apontadas falhas e/ou irregularidades na gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ.

7.11 Eventuais falhas/irregularidades verificadas na gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI. (Referências: DN 107/2010, Anexo II, parte A, item 12; DN 110/2010, Anexo III, parte A, item 19; e Portaria 277/2010, item 10).

Análise

Não foram apontadas falhas e/ou irregularidades na gestão de tecnologia da informação da UJ.

7.12 Eventuais falhas/irregularidades verificadas na utilização dos cartões de pagamento do governo federal, à vista do que dispõem os Decretos 5.355/2005 e 6.370/2008.

Análise

A unidade não se manifestou quanto a essa questão.

8. VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCU

Houve determinações/recomendações ao órgão/entidade relativas à gestão sob exame? Sim.

De acordo com o controle interno, as determinações formuladas à Unidade Gestora, por meio dos Acórdãos 786/10-2ª Câmara e 811/10-2ª Câmara, referente às contas de 2008 e 2007, respectivamente, foram plenamente atendidas (pç. 5, p. 12/15).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo:

I. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares com ressalva as contas do Sr. Guedes Soares (CPF 554.988.250-72), em face das falhas apontadas no item 7.1 desta instrução;

II. dar ciência ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia das seguintes impropriedades: realização dos pregões objeto dos processos de compra n. 00012.000594/2010-08, 00012.000509/2010-01, 00012.000636/2010-01 e 00012.002063/2009-16, com ausência do comprovante de publicação do resultado dos certames, bem como da solicitação/justificativa para a contratação, o que afronta o art. 30, incisos I e XII, alínea b, do Decreto 5.250/05 e o art. 3º, incisos I e III, da Lei 10.520/2002;

III. encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, assim como do relatório e do voto que o fundamentarem, ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

LOCAL/DATA SecexDefesa, 1ª DT. 8/2/2013.	CARGO / NOME/MATRÍCULA Rogerio F. R. Cordeiro – AUFC – 3152-6
--	---